TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano V – nº 44 – Julho de 2005

DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

RINALDO MARQUES



As mulheres pernambucanas contam com um novo instrumento de luta por suas conquistas. Desde o início de junho, funciona na Alepe a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, colegiado que se engajará no combate a vários problemas enfrentados pelo sexo feminino, como a violência, a discriminação no mercado de trabalho, entre outros.

Páginas 4 e 5

Números do semestre revelam atuação parlamentar

Página 3

Alepe garante Recertificação ISO 9001/2000

Página 6

Superintendência de Recursos Humanos se estrutura

Página 7

EDITORIAL

LUTA PELA CIDADANIA FEMININA

Nos 170 anos do Legislativo Estadual, a Assembléia deu um importante passo em defesa da cidadania das mulheres pernambucanas. A instituição criou a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com o objetivo de tratar, especificamente, de questões relacionadas ao sexo feminino. Reconhecimento dos direitos, inclusão no mercado de trabalho, combate à discriminação e à violência são algumas das frentes de atuação do colegiado.

A nova Comissão Permanente da Casa - a 13ª entre as 15 existentes - é criada num momento histórico. Nesta 15ª Legislatura, a presença feminina é marcante, com nove parlamentares integrando o Parlamento. Isso corresponde a quase 20% da representação política legislativa. Vale lembrar que, durante mais de um século, entre 1900 e 2002, apenas nove mulheres ocuparam vagas na Alepe. Portanto, o número pode parecer pequeno, mas trata-se de um avanço significativo.

Diante desse fato, a expectativa é grande para a primeira reunião do colegiado, no próximo semestre. A partir desse encontro, serão definidas as metas do grupo, que pretende se articular com entidades governamentais e não-governamentais e Câmaras de Vereadores, visando traçar um perfil da situação feminina no Estado. Sem dúvida, as mulheres pernambucanas, que ainda enfrentam problemas como o da violência doméstica, encontrarão nessa Comissão mais um apoio na luta por seus direitos.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias. **1ºVice-Presidente**, Deputado Ettore Labanca. **2º Vice-Presidente**, Deputado Raimundo Pimentel. **1º Secretário**, Deputado João Negromonte. **2º Secretário**, Deputado Guilherme Uchôa. **3º Secretário**, Deputado Sérgio Leite. **4ª Secretária**, Deputada Carla Lapa. **Assistente de Comunicação Social:**Christianne Alcântara. **Chefe do Departamento de Imprensa:** Cláudia Lucena. **Editora:** Cláudia Lucena. **Redatores:** Andréa Tavares, Christianne Alcântara, Cláudia Lucena e Renata Rodrigues. **Estagiárias:** Bruna Serra, Eva Farias e Larissa Rodrigues. **Revisão:** Andréa Tavares, Christianne Alcântara e Cláudia Lucena. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Gerência de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos**: Fernando Silva, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira. **Endereço**: Rua da União, 439 - Anexo V - Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217-2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *ddeimpre@alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

15 ANOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

*Izaías Régis **

Em meio a muitas batalhas e conquistas alcançadas, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) completará 15 anos de existência. Criado em setembro de 1990, o seu *debut* representa hoje um avanço significativo nas relações do consumo. Foi a partir do surgimento dele que os princípios gerais da atividade econômica foram garantidos como forma de assegurar os direitos do cidadão contra as empresas e até do próprio Governo.

Durante muito tempo, essa instituição de direito foi atacada por inúmeros empresários, que a acusaram de ser uma lei muito severa, sendo inclusive tachada de instrumento de censura. Acusações à parte, o certo é que o CDC é um marco nas conquistas jurídicas em nosso País. Os direitos dos homens evoluíram no decorrer dos tempos, desde o direito à liberdade, passando pelo direito político e pelos direitos sociais, até chegar aos direitos dos grupos humanos, como o da proteção do meio ambiente, à paz, à liberdade de informação e, finalmente, ao direito como consumidor, fundamentado numa sociedade globalizada e estritamente capitalista.

Como empresário, pude ver os dois lados das relações de consumo e das dificuldades encontradas pelos consumidores. Como homem público e legislador, tive a oportunidade de vivenciar outra esfera e, a partir dela, abraçar a causa em defesa da transparência dessas relações e da garantia de uma melhor qualidade de serviços e produtos à população.

Em quase três anos de mandato eletivo, apresentei vários projetos relacionados ao tema - alguns já se tornaram lei -, todos na intenção de reforçar o Código, oferecendo mais garantias ao consumidor e punições a quem descumprir as normas.

Posso aqui destacar a Lei nº 12.807, que impede a cobrança por bares, restaurantes e boates em todo o Estado da taxa de consumação mínima. Sempre entendi que essa exigência afasta possíveis consumidores, que se sentem coagidos a fazer a despesa. Apesar de já vetada pelo CDC, essa cobrança estava se tornando

FERNANDO SILVA



habitual e não poderia perdurar por mais tempo. A Lei nº 12.499 proíbe a cobrança em conta telefônica de ligações feitas há mais de um mês, combatendo o abuso de uma das campeãs de reclamações nos órgãos de defesa do consumidor.

Os supermercados, a partir da Lei nº 12.512, foram obrigados a colocar a data de validade dos produtos com o mesmo destaque nas placas promocionais. Com essa determinação, os consumidores poderão ficar conscientes do real motivo da promoção, que nem sempre oferece vantagens para quem está comprando. Recém-aprovada, a Lei nº 12.833 regula o setor de água mineral, estabelecendo padrões aos vasilhames e ao processo de desinfecção que garantam a qualidade do produto. Na Lei nº 12.649 está assegurado aos clientes o acesso ao CDC. Ela obriga todos os estabelecimentos a disponibilizar o livro em local de fácil acesso, em caso de dúvida do cliente. Finalmente, outro dispositivo legal vai fazer com que as concessionárias de serviços públicos realizem audiências públicas explicando os reais motivos do reajuste de tarifas, antes que o aumento seja aprovado pela Agência Reguladora de Pernambuco.

Tantos outros projetos também foram apresentados e sempre com o mesmo objetivo. Se aprovados, eles irão impedir que as empresas de telefonia móvel estabeleçam limite temporal para utilização de créditos de ligações dos telefones do sistema pré-pago; obrigar os estabelecimentos que negarem crédito ao consumidor a emitir documento justificando o motivo da negativa; e também forçar os bancos a exibir tabela com os valores dos serviços bancários.

Apesar da minha luta, ainda há uma boa caminhada na conquista dos direitos do cidadão como consumidor. A falta de informação, aliada à crescente violação ao Código pelas empresas e prestadoras de serviços públicos, é um entrave para o avanço nessa batalha. Como deputado estadual, estou fazendo meu papel e ajudando na construção de um Estado mais desenvolvido e democrático.

** Deputado estadual do PTB*

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

PERNAMBUCO NA ABEL

Pernambuco permanece representado na Associação Brasileira de Escolas dos Legislativos (Abel). A assistente educacional Maria Lúcia Galindo, que dirige a Escola do Legislativo de Pernambuco, foi reeleita para a vice-presidência da entidade. A eleição da nova diretoria para o biênio 2005/2006 ocorreu durante o V Seminário das Escolas dos Legislativos, entre os dias 18 e 20 de maio, em Brasília. O evento contou com a presença de integrantes das escolas de 24 Assembléias Estaduais. A Abel foi criada em 2003, com o objetivo de aumentar o número de Escolas dos Legislativos nos Estados e fortalecer projetos pedagógicos. "Durante esses dois anos, nós já conseguimos que 23 Estados criassem suas unidades, mas estamos trabalhando para que todos tenham", destacou Lúcia Galindo. Ela ressaltou, também, a importância do trabalho em conjunto entre as escolas para o aprimoramento das atividades parlamentares e institucionais e agradeceu o apoio que vem sendo dado pelo presidente da Alepe, Romário Dias (PFL).

RINALDO MARQUES



BALANÇO

AL RESPONDE POR 60% DOS PROJETOS APRESENTADOS

A Assembléia Legislativa de Pernambuco encerra o primeiro semestre deste ano com a aprovação de 1.603 proposições, das 1.716 analisadas pelo Plenário da Casa. "O Poder Legislativo foi responsável por mais de 60% dos projetos encaminhados, refletindo, assim, a forte participação dos parlamentares. O bom ritmo dos trabalhos permanecerá no próximo período, que começa a partir de 1º de agosto", ressaltou o presidente Romário Dias (PFL). Os deputados apresentaram 53,1% das proposições, o Poder Executivo 31,5% e a Mesa Diretora 9,9%. O Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Comissão de Finanças da Casa também enviaram propostas.

De acordo com dados estatísticos divulgados pela Assistência Legislativa, 86 matérias ainda estão em tramitação, 12 foram acatadas com alterações, sete rejeitadas e cinco retiradas de pauta. A Alepe também emitiu 518 pareceres por meio das Comissões Permanentes e da Mesa Diretora.

Romário Dias ressaltou a criação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) do sistema habitacional e a que apura denúncias de violência e desvio de verbas no campo e citou a instalação das Comissões de Ética e de Defesa dos Direitos da Mulher, como ações que revelam o bom desempenho parlamentar.

Na avaliação do líder do Governo, Bruno Araújo (PSDB), os deputados da bancada demonstraram "apoio integral" às ações do governador Jarbas Vasconcelos (PMDB). O tucano destacou a aprovação do Projeto de Lei nº 857/05, que recriou a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. "A pasta ressurge para exercer uma função importante no Governo, dedicando mais atenção a instituições como a Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac)", enfatizou.

O deputado Augusto César (PTB), que assumiu a liderança da Oposição neste semestre, considerou o período satisfatório. A bancada destacou o acompanhamento ao Projeto de Lei nº 946/05, do Executivo, que nivelou 500 servidores técnicos do Instituto de Recursos Humanos e do Conservatório Pernambucano de Música ao nível médio. "Uma das vitórias do bloco foi a aprovação da emenda por mim apresentada, mantendo os servidores no nível técnico", acrescentou o petebista. A bancada foi contrária à recriação da Secretaria de Justiça, "por ferir a autonomia financeira e administrativa da Defensoria Pública Estadual". A crise nos hospitais públicos e as deficiências no atendimento nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) também foram discutidas.

FERNANDO SILVA



Plenário encerrou as atividades do primeiro semestre com saldo positivo

Números das Comissões de Justiça, Finanças e Administração



RINALDO MARQUES

Projetos que beneficiaram servidores foram algumas das matérias aprovadas no primeiro semestre pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça. Os assuntos foram destacados pelo presidente do colegiado, deputado Bruno Rodrigues (PSDB), como de grande relevância social para o Estado. O tucano considerou o balanço positivo. "Analisamos 264 proposições, das quais 188 foram aprovadas e 76 rejeitadas. São números muito significativos", informou. A Comissão ainda realizou 25 reuniões ordinárias, duas extraordinárias e quatro audiências públicas. Entre os projetos aprovados, o de nº 977/05, de autoria do Judiciário, foi bastante discutido pelos parlamentares. A proposição tem como objetivo criar unidades judiciais móveis para atender motoristas envolvidos em acidentes de trânsito. As unidades serão implementadas inicialmente no Recife, para mediar casos de colisão com danos materiais.

Dos 133 projetos que tramitaram na Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Assembléia, no primeiro semestre, 68 foram aprovados, entre eles, o de nº 946/05, de autoria do Poder Executivo, visando corrigir distorções nos vencimentos-base dos integrantes do Quadro de Pessoal Permanente das Autarquias e Fundações Estaduais. A matéria previu, também, reajustar a remuneração dos servidores. O presidente do colegiado, deputado Sebastião Rufino (PFL), agradeceu a participação de parlamentares, técnicos e demais funcionários da Casa para o bom andamento dos trabalhos da Comissão. "As expectativas para o segundo semestre incluem a apreciação da revisão do Plano Plurianual do Governo do Estado, das Leis Orçamentária Anual (LOA) e de Diretrizes Orçamentárias (LDO), juntamente com as respectivas emendas dos parlamentares", declarou Rufino.



RINALDO MARQUES

RINALDO MARQUES



Na Comissão de Administração Pública da Alepe tramitaram 183 proposições no primeiro semestre. Desse total, 91 foram apreciadas, sendo todas aprovadas. O colegiado realizou, ainda, 19 reuniões ordinárias e quatro audiências públicas. O presidente da Comissão, deputado José Queiroz (PDT), considerou o balanço positivo. "Tivemos uma participação assídua dos parlamentares, o que contribuiu para a realização do bom trabalho do colegiado." Entre os projetos aprovados, o de nº323/03, de autoria de Teresa Leitão (PT), foi alvo de debate. A matéria propôs alterar os artigos 1º e 3º da Lei n º 12.258/02, visando conceder a todos os funcionários da área educacional do Estado, inclusive servidores aposentados, 50% de desconto nos ingressos de eventos culturais. Outro destaque foi a aprovação do Projeto 977/05, do Poder Judiciário.

COMISSÃO PARLAMENTAR

MULHERES TÊM APO

A Assembléia Legislativa de Pernambuco criou um colegiado permanente para discutir ações e políticas públicas voltadas à defesa dos direitos das mulheres. Foi instalada, no último dia 9 de junho, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a terceira do País a tratar especificamente das questões femininas. O colegiado é o 13º em funcionamento na Casa, entre os 15 existentes.

"A Alepe tem contado com uma maior participação da mulher recentemente. Nesta legislatura, nove deputadas passaram a integrar o Poder Legislativo Estadual, sendo o maior número na história da Casa. É uma iniciativa importante e que marca a força política feminina. A Comissão tem o meu total apoio e o da Mesa Diretora", afirmou o presidente da Assembléia, deputado Romário Dias (PFL).

A Comissão tem como presidente e vice-presidente, as deputadas Jacilda Urquisa (PMDB) e Teresa Leitão (PT), respectivamente, e é composta por dez parlamentares, sendo oito representantes do sexo feminino. O colegiado é composto ainda pelas deputadas Ana Cavalcanti (PP), Ana Rodovalho (PRTB) e Ceça Ribeiro (PSB), como titulares. Como suplentes, Aurora Cristina (PMDB), Dilma Lins (PL), Malba Lucena (PTB), Isaltino Nascimento (PT) e Sebastião Oliveira Júnior (sem partido).

Jacilda destacou que, "pela primeira vez na Casa, é criada uma Comissão Permanente para discutir políticas públicas de atenção à mulher". "Queremos trabalhar junto a entidades da sociedade civil e a órgãos governamentais e pretendemos descentralizar as discussões, levando-as às áreas mais distantes para que as ações não se restrinjam à região metropolitana", apontou.

A reunião de instalação do colegiado teve a participação de Romário Dias e de diversos parlamentares. Na ocasião, Romário sugeriu como tema inicial para os trabalhos da Comissão a atenção para os altos índices de violência doméstica. Segundo o presidente, é preciso considerar os números divulgados pela Organização Mundial de Saúde e pela Secretaria de Defesa Social do Estado (SDS) sobre a questão.

De acordo com a Secretaria, somente entre os dez primeiros meses de 2004, 207 mulheres foram assassinadas em Pernambuco. Pesquisa da Sociedade de Vitimologia Internacional, divulgada este ano, indica que o Brasil é o líder do ranking mundial de violência contra a mulher, com 25% das brasileiras já tendo sofrido violência e que 70% das assassinadas foram vítimas dos maridos.

O colegiado, criado pela Resolução nº 708/05, tem a competência de opinar, no mérito, quanto às proposições que tratam de programas e ações sobre participação popular; de reconhecimento dos direitos e inclusão no mercado de trabalho; de combate à discriminação; aos obstáculos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais; à exploração e violência; e de apoio à criação do disque-denúncia.

RINALDO MARQUES



Colegiado permanente, instalado no último dia 9 de junho, tem como presidente Jacilda Urquisa e como vice Teresa Leitão

TEMA MERECE ATENÇÃO DE LEIS

Antes da criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, o tema sempre mereceu a atenção do Poder Legislativo Estadual. Nesta 15ª Legislatura, projetos visando à promoção de políticas públicas para a melhoria de vida e o combate à violência contra as mulheres foram aprovados em Plenário e viraram leis. No entanto, segundo a vice-presidente do colegiado, deputada Teresa Leitão (PT), apesar do empenho da Casa, as pernambucanas ainda não viram as leis serem postas em prática devido à falta de regulamentação pelo Governo do Estado. "Até o Conselho Estadual de Direitos da Mulher, de autoria do Poder Executivo, aprovado no ano passado, ainda não foi instalado", criticou a petista, alegando que a Comissão vai cobrar uma posição do Estado sobre o assunto.

A parlamentar, juntamente com Nélson Pereira (PCdoB), apresentou a proposição que originou a Lei nº 12.721/04, que cria procedimentos de notificação compulsória da violência contra a mulher atendida em serviços de urgência e emergência do Estado. Com isso, todos os casos identificados como violência física, sexual ou doméstica terão que ser registrados. "A violência contra a mulher deve ser compreendida como problema de saúde pública, devendo o Governo ter uma política permanente de inibição a essa prática", destacaram os deputados na justificativa da matéria.

Teresa Leitão espera que Governo regulamente matérias aprovadas pelo Legislativo

A violência também foi o alvo de um projeto da deputada Jacilda Urquisa (PMDB). A parlamentar é autora da proposição que originou a Lei 12.585/04, que cria o regime especial de atendimento, para fins de renda e emprego, às mulheres agredidas. Na opinião dela, a falta de uma renda para si e os filhos faz com que muitas mulheres se sujeitem às humilhações e às agressões dos maridos e companheiros.

A lei determina, entre outras questões, que o Governo do Estado destine 20% das vagas anuais de seus cursos de capacitação e qualificação profissional a essas mulheres. Também está previsto o incentivo à montagem de micronegócios.

Outra lei, a de nº 12.773/05, de autoria de Ana Cavalcanti (PP), altera a legislação que dispõe sobre a Política de Aleitamento Materno. A parlamentar propõe que a rede estadual de ensino inclua em seus currículos atividades pedagógicas difundindo e incentivando o aleitamento e que seja criado o Banco de Leite Humano nos hospitais públicos estaduais. "É por meio do ato de amamentar que a mãe estabelece seu primeiro elo com a criança", explicou Ana, acrescentando que a lei anterior, de nº 11.253, previa apenas que os hospitais destinassem recursos para a coleta de leite materno no domicílio das doadoras. Por isso, segundo a deputada, é importante criar também os bancos de leite.

DIO DA ASSEMBLÉIA

FERNANDO SILVA



FERNANDO SILVA



Participação feminina no mercado de trabalho tem aumentado, mas a Comissão lutará por políticas que ampliem o espaço das mulheres e combaterá discriminação

ENTREVISTA/JACILDA URQUISA

Tribuna Parlamentar – Quais as expectativas em relação ao trabalho que será desenvolvido pela Comissão?

Jacilda Urquisa - A Comissão terá uma atuação maior em agosto, quando o planejamento das nossas atividades será analisado na primeira reunião do colegiado. A partir daí, vamos ter, exatamente, uma definição de todo o trabalho a ser desenvolvido. Esperamos, por meio de audiências públicas, descentralizar as reuniões da Comissão, a fim de que possamos atingir todo o Estado de Pernambuco.

TP – Quais os pontos que devem ter destaque no início das ações do colegiado?

Jacilda - Após definirmos nosso planejamento e a forma como a Comissão atuará, vamos apreciar todos os projetos que envolvam a defesa dos direitos da mulher. Um ponto crucial diz respeito à violência contra o sexo feminino, que também será bastante enfocada, visando encontrar meios de combatê-la.

TP – De que forma a Comissão vai atuar?

Jacilda - Pretendemos fazer contatos com todas as Câmaras de Vereadores para que seja formado, junto à Assembléia, um grupo de integrantes dos Legislativo s Estadual e municipais. A intenção é colher informações de cada município e ter um retrato da situação de todo o Estado de Pernambuco. A partir daí, os assuntos serão analisados visando ao desenvolvimento de políticas públicas que venham a ajudar na defesa dos direitos da mulher.

RINALDO MARQUES



TP – A senhora considera essa iniciativa uma conquista, principalmente, para a bancada feminina da Casa?

Jacilda - A criação da Comissão é, sem dúvida, uma conquista. Vale ressaltar, também, que esta legislatura é diferenciada. Pela primeira vez na história, a Casa tem nove deputadas. O colegiado, que atuará defendendo os direitos das mulheres, será, com certeza, mais uma marca nos 170 anos da Assembléia Legislativa de Pernambuco.

QUALIDADE

CASA CONQUISTA RECERTIFICAÇÃO ISO

A Assembléia Legislativa de Pernambuco garantiu, no último mês de junho, a Recertificação ISO 9001/2000, assegurando a qualidade dos serviços prestados pela instituição. A Alepe é a primeira Casa do País a conquistar o título, concedido após auditorias realizadas pela *ABS Quality Evaluations*.

O presidente do Legislativo Estadual, deputado Romário Dias (PFL), avalia o resultado como um diferencial do setor público. "Temos trabalhado sempre pela transparência e eficiência dos serviços prestados à sociedade", declarou. O primeiro-secretário da Casa, deputado João Negromonte (PMDB), lembrou que esse processo de aprimoramento dos serviços da Assembléia teve início após a eleição da Mesa Diretora do biênio 2001/2002. "O objetivo é que, a partir do aperfeiçoamento das atividades internas, seja assegurado, cada vez mais, o acesso da população ao trabalho desenvolvido pelos parlamentares e pela instituição", observou.

Para o presidente da Alepe, Romário Dias, resultado é um diferencial no setor público

A conquista da recertificação é resultado do Programa de Gestão para Qualidade, que reúne servidores de diversos setores da Casa. O grupo é responsável pela discussão de soluções e pelo monitoramento das atividades que resultam no bom andamento do trabalho legislativo.

A superintendente-geral da Alepe, Eva Lima, ressaltou o trabalho dos funcionários e a importância da conquista para o Parlamento. “A recertificação representa um norte e mostra que é possível uma Casa política ter padrão internacional de qualidade”, disse.

A Assembléia conquistou a ISO 9002/94, em 2002, e, em dezembro de 2003, a ISO 9001/2000. A iniciativa vem atraindo a atenção de outros Estados, como São Paulo e Manaus, que enviaram representantes à Alepe para conhecer o processo.

RINALDO MARQUES



Anúncio foi feito em junho, pela *ABS Quality Evaluations*, na presença de superintendentes e funcionários de diversos setores do Poder Legislativo

SUPERINTENDÊNCIA

RECURSOS HUMANOS FOCARÁ DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

Cuidar do servidor. Essa é a função primordial da Superintendência de Recursos Humanos da Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe). O setor, criado em 1° de abril deste ano - após a promulgação da lei que reestruturou organizacionalmente a Casa - e dirigido pela servidora Cristina Couto, está em fase de implantação. Brevemente, ele passará a funcionar no primeiro andar do Anexo V.

A superintendente afirma que o trabalho será focado no desenvolvimento de pessoal. "Vamos identificar as necessidades de cada área da Casa, trabalhar em parceria com a Escola do Legislativo e visar à qualidade de trabalho e de vida dos funcionários", explica Cristina Couto.

A Superintendência de Recursos Humanos é formada pelos Departamentos de Desenvolvimento de Pessoal, que abrange a Gerência de Cadastro de Pessoal e a Gerência de Avaliação e Acompanhamento; e de Preparação de Pagamento, que inclui a Gerência de Preparação de Pagamento de Inativos.

De acordo com a superintendente, um *workshop* foi realizado com a participação de todos os chefes de departamentos e gerentes do novo setor. O evento teve o objetivo de definir metas e organizar o planejamento de três semestres, ou seja, até dezembro de 2006.

Workshop definiu metas e organizou planejamento até dezembro de 2006

Cristina Couto reforça que a valorização do servidor mostra que a superintendência está sintonizada com o trabalho desenvolvido pela Mesa Diretora. "A exemplo das grandes empresas, o Poder Legislativo tem a percepção de que, se o funcionário não estiver estimulado, satisfeito e tendo qualidade de vida dentro da instituição, ele não conseguirá desenvolver bem suas funções."

FERNANDO SILVA



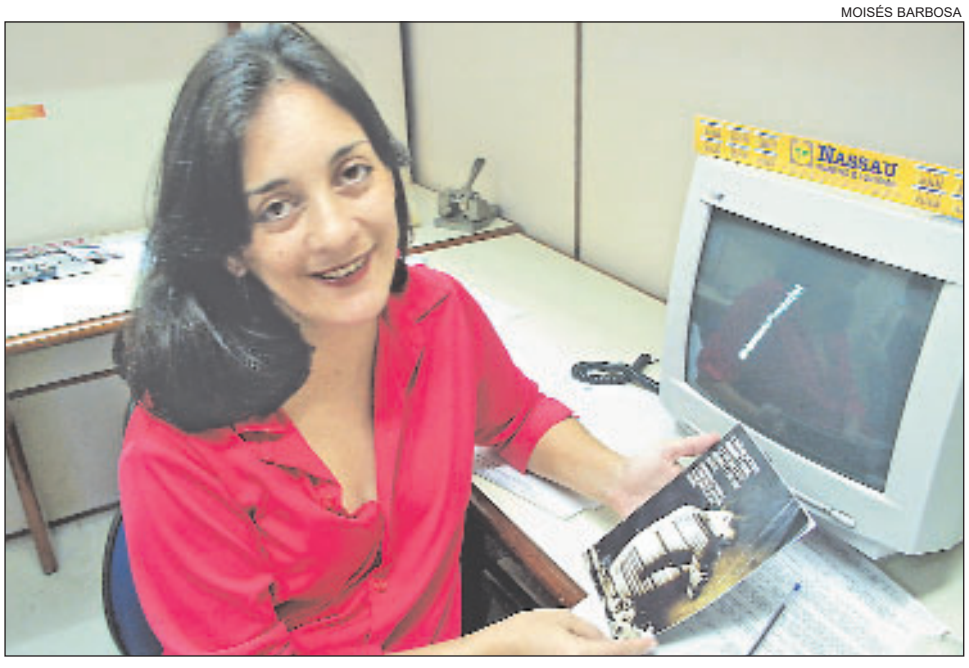
Cristina Couto coordena setor, que em breve funcionará no Anexo V da Casa

Cristina Couto trabalha na Assembléia Legislativa há 22 anos. Já foi diretora-geral, diretora do Departamento de Assistência Administrativa, assessora da Diretoria Geral e da Primeira Secretaria.

PERSONAGEM DA ALEPE

ATUAÇÃO DE FABÍOLA É RECONHECIDA

MOISÉS BARBOSA



Servidora participou da elaboração de código contra tráfico de seres humanos

Participação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Órgãos e na elaboração do Código de Conduta contra o Tráfico de Seres Humanos, a convite da Secretaria de Defesa Social (SDS). Esses foram alguns dos trabalhos desenvolvidos pela servidora Fabíola Tiné Brasileiro, assessora do gabinete do deputado Raimundo Pimentel (PSDB). "Os projetos dos quais participei na Alepe contribuíram muito para minha formação como cidadã" avalia.

Perfeccionista e ágil, Fabíola, que está há 20 anos na Casa, conta que a atuação como secretária-executiva da CPI do Tráfico de Órgãos foi marcante para ela. "Essa investigação me chocou muito, pois vi de perto as conseqüências da miséria, uma vez que as pessoas vendiam seus órgãos para sobreviver." A servidora também explica um pouco sobre o Código de Conduta. "Não se trata de uma lei. O código tem o objetivo de educar pessoas físicas e, principalmente, jurídicas visando combater o crime de tráfico de seres humanos."

Mãe de três filhos, duas meninas e um menino, e divorciada há cinco anos, Fabíola afirma que, na sua casa, tudo é sempre muito discutido, o que ela acredita ser fruto de tantos anos de trabalho na Assembléia. "Quando chego em casa, reúno meus filhos para debater como foi o dia e tentar ajudá-los a solucionar os problemas. Ninguém pode dormir com raiva, sempre entramos em acordo", ressalta.

Como não sai de férias há três anos, nos fins de semana, para relaxar, Fabíola organiza oficinas de culinária, anda de bicicleta e leva os filhos ao cinema. "Gosto muito de trocar receitas com as amigas e ando de bicicleta para esquecer um pouco os problemas."

EVENTO

NOITE DE FORRÓ NO SEGUNDA CULTURAL

O forró tomou conta da edição de junho do Projeto Segunda Cultural da Assembléia. Hildebrando Marques, músico e gerente de som da Alepe, lançou seu primeiro CD, *Hildebrando Marques e Forró Xamego do Amor*, numa festa que aconteceu no dia 7 de junho, no Plenário da Casa, e contou com a presença de artistas renomados do cenário musical.

Petrúcio Amorim, Maciel Melo, Teresinha do Acordeom, Arlindo dos Oito Baixos, Nádia Maia e Ronaldo Aboiador foram algumas das personalidades que prestigiaram o lançamento do trabalho que, segundo o músico, "é um sonho que se tornou realidade". O CD tem 15 faixas, sendo seis de autoria de Hildebrando e nove de artistas regionais.

"Essa obra nos dá dupla satisfação. A primeira, por estarmos contribuindo e incentivando as manifestações culturais nordestinas e a segunda, pelo fato de o trabalho artístico ter a marca de um funcionário da Casa", destacou o deputado Antônio Moraes (PSDB), que coordenou o evento.

Natural de Carpina, na Zona da Mata Norte, Hildebrando trabalha no Legislativo pernambucano há 19 anos. Ele afirma que sempre foi apaixonado por música. "Quando eu era criança, meu pai tocava fole de oito baixos. Comecei, às escondidas, a mexer nos instrumentos musicais dele e fui gostando cada vez mais. Depois, percebeu que eu tinha jeito para a música e, sempre que viajava para tocar, me levava junto", recordou.

Durante a festa de lançamento do CD, que foi produzido pela Confraria do Forró Pernambucano, o músico agradeceu o apoio da família, de amigos e dos companheiros do grupo Forró Xamego do Amor. O encerramento do evento contou com a apresentação da quadrilha junina estilizada Quadrilheiros do Forró, do município de Aliança, na Zona da Mata Norte, que dançou no estacionamento do Palácio Joaquim Nabuco.

FOTOS: FERNANDO SILVA





Grandes nomes da música popular nordestina prestigiaram a edição junina do projeto, que marcou o lançamento do CD de Hildebrando Marques, funcionário da Alepe (foto ao lado)